

Concepção materialista da história em Benjamin e Gramsci: contribuições para a pesquisa em educação

Cosme Leonardo Almeida Maciel

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

cosmehist@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca do método do materialismo histórico e sua relevância para a pesquisa no campo educacional, a partir das contribuições Benjamin e Gramsci. Em termos metodológicos, optamos pela pesquisa bibliográfica e documental, ancoradas no próprio método do materialismo histórico e dialético. Quanto à pesquisa bibliográfica, recorremos a literatura especializada que discorre sobre o tema central deste artigo. Já com a pesquisa documental, utilizamos os escritos de ambos os autores, em especial aqueles que versam sobre a concepção materialista e dialética da história. A partir das análises, podemos constatar aproximações entre ambos os autores: (a) forte influência dos escritos de Marx e Engels, no que tange à concepção de mundo e à formulação de uma teoria da história; (b) presença marcante, em seus escritos, da conjuntura política, econômica e social vivenciada por ambos, sobretudo em relação ao fortalecimento dos regimes totalitários expressos no Fascismo e no Nazismo; (c) ambos morrem prematuramente, por conta da repressão política desencadeada no período entre guerras, ocasionando um reconhecimento tardio de suas obras.

Palavras-chave: materialismo histórico; história; educação.

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o método do materialismo histórico e sua relevância para a pesquisa no campo educacional, a partir das contribuições Benjamin e Gramsci. Em termos metodológicos, optamos pela pesquisa bibliográfica e documental. No primeiro caso, recorremos à literatura especializada que discorre sobre o tema central deste artigo; já com a pesquisa documental, exploramos os escritos de ambos os autores, sobretudo aqueles que contribuíram para o desenvolvimento da concepção materialista e dialética da história. Assim sendo, optamos pelo livro do Benjamin e por uma obra do Gramsci como leitura adicional e complementar para construção das nossas reflexões a respeito do tema. Um segundo recorte foi realizado dentro de cada obra escolhida, pois focamos nos capítulos que tratavam especificamente das concepções dos autores a respeito do materialismo histórico.

No marxismo, o materialismo histórico representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade. Por sua vez, a dialética refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriamente e transformação. A dialética é a estratégia de apreensão e de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos, classes e segmentos sociais), de realização da crítica das ideologias e das tentativas de articulação entre sujeito e objeto, ambos históricos (MINAYO, 2008, p. 107-108).

Por essa via, as categorias metodológicas totalidade, historicidade e contradição, centrais no método do materialismo histórico e dialético, emergem como elementos fundamentais para a compreensão e análise do objeto de pesquisa, no panorama das relações sociais vigentes, por sua vez marcado pela hegemonia do capital.

Dessa forma, na seção analisamos o conceito de história a partir das contribuições de Walter Benjamin no livro “Obras escolhidas”, concentrando-nos no capítulo intitulado “Sobre o conceito de história”. Na terceira seção, debruçamo-nos sobre o materialismo histórico na Obra de Gramsci, “Concepção dialética da história”, com destaque para o capítulo primeiro. Por fim, buscamos relacionar as contribuições de cada autor, apontando possíveis aproximações e distanciamentos quanto ao tema em questão, e sua relevância enquanto categoria metodológica na pesquisa educacional. Cabe ressaltar que o caminho proposto também prevê uma breve apresentação da biografia de cada autor, assim como o contexto sócio-histórico em que as obras foram escritas, mediante bibliografia especializada.

2 O materialismo histórico em Walter Benjamin: “escovando a história a contrapelo”

A frase destacada no título dessa seção é bastante representativa do pensamento de Benjamin sobre o conceito de história e, mais especificamente, do materialismo histórico e do desafio de quem se dispõe a olhar para o passado a partir desse referencial. Entretanto, antes de iniciarmos nossa incursão pelos principais aspectos do seu pensamento com relação ao tema, cabe um breve apanhado de sua vida.

Benjamin não teve trajetória longa, tampouco foi reconhecido em vida como grande intelectual. Sua caminhada foi marcada por um contexto de conflitos mundiais (Primeira Guerra Mundial e início da Segunda Guerra Mundial), ascensão dos regimes totalitários (Fascismo e Nazismo), assim como a Revolução de 1917, na Rússia. Mas, além dos aspectos macrosociais, Benjamin também sofria de algumas doenças que lhe aumentavam o desafio de vida.

Benjamin nasceu em 1892, em Berlim, numa família judia assimilada. O pai era um bem-sucedido leiloeiro de arte que expandiu suas atividades para o ramo de investimento em propriedades; para a maioria dos padrões, os Benjamin eram abastados. Aos 12 anos, depois de uma infância doentia e cercada de cuidados, Benjamin foi enviado para um colégio interno progressista no campo, onde sofreu a influência de um de seus diretores, Gustav Wyneken. Após deixar a escola, militou por muito tempo no movimento juvenil antiautoritário de retorno à natureza liderado por Wyneken, e só o deixou quando este declarou apoio à I Guerra Mundial (COETZEE, 2004, p. 100).

Como podemos observar, Benjamin muito cedo se inclinava a lutar contra o autoritarismo, o que se tornou uma marca em sua produção intelectual e na militância política. Nos momentos de maior perseguição política buscava lugares neutros, sem maiores envolvimentos com a guerra.

Em 1912 Benjamin matriculou-se na Universidade de Freiburg como estudante de filologia. Ao concluir que o ambiente intelectual não lhe apetecia, lançou-se no ativismo pela reforma educacional. Quando a guerra eclodiu, furtou-se ao serviço militar primeiro fingindo um problema de saúde e depois mudando-se para a Suíça neutra. Ali ficou até 1920, lendo filosofia e trabalhando em uma dissertação de doutoramento para a Universidade de Berna. Sua esposa reclamava que eles não tinham vida social (COETZEE, 2004, p. 100).

Durante a primeira metade do século XX, militou contra toda forma de autoritarismo, o que lhe custou a própria liberdade. Foi fortemente influenciado pelo marxismo, o que não lhe impediu de tecer duras críticas à social-democracia e àquilo que chamou de “marxismo vulgar”. Por conta da militância foi obrigado a viver em fuga constante, o que lhe acarretou profunda frustração. Sua vida foi interrompida de forma trágica, conforme descrição que se segue:

A história já é tão conhecida que quase não precisa ser contada. O cenário é a fronteira franco-espanhola, em 1940. Fugindo da França ocupada, Walter Benjamin apresenta-se para a esposa de um certo Fittko, que conhecera num campo de detenção. Soube, diz ele, que *Frau Fittko* poderia guiá-lo com seus companheiros na travessia dos Pireneus para a Espanha neutra. Ela o leva em uma caminhada para fazer o reconhecimento das melhores rotas [...]. No dia seguinte atravessam as montanhas, Benjamin parando a cada poucos minutos por causa do coração fraco. Na fronteira, são detidos. Os papéis não estão em ordem, diz a polícia espanhola; têm de voltar para a França. Em desespero, Benjamin toma uma overdose de morfina (COETZEE, 2004, p. 99-100).

A maior parte de sua obra intelectual foi publicada postumamente, sendo considerado importante pensador moderno ao contribuir para uma visão de história contrária ao pensamento hegemônico da época, dominado pelo positivismo e expresso no historicismo.

Sua maior contribuição quanto à temática histórica está presente nas teses intituladas “Sobre o conceito de história”, as quais servirão de base para analisarmos aspectos do seu pensamento, sobretudo no que se refere ao conceito e ao método do materialismo histórico. O texto possui dezoito teses sobre a história e foi escrito em 1940, mesmo ano do falecimento de Benjamin. A importância desse conjunto de teses pode ser observada a partir das palavras de Lowi (2002, p. 203):

A formulação mais espantosa e radical da nova filosofia da história – marxista e messiânica – de Walter Benjamin se encontra, indubitavelmente, nas *Thèses sur le concept d'histoire*, de 1940, um dos documentos mais importantes do pensamento revolucionário desde as *Teses sobre Feuerbach*, de 1845. A exigência fundamental de Benjamin é escrever a história a contrapelo, ou seja, do ponto de vista dos vencidos – contra a tradição conformista do historicismo alemão cujos partidários entram sempre “em empatia com o vencedor” – Tese VII (10).

Apesar de sua publicação e divulgação ter se dado posteriormente ao contexto em que foi produzido, as reflexões contidas nessa obra se tornaram referência fundamental para a produção do conhecimento, por um viés progressista, também na contemporaneidade. Ele trata de temas como “objeto da história”, “sujeito histórico” e “materialismo histórico” numa abordagem que contrapõe a visão historicista.

O autor, nas teses I, II e III, realiza breve descrição da concepção historicista do passado, fazendo uso de elementos da literatura e da teologia para exemplificar tal perspectiva. No entanto, a partir da tese IV, destaca que “o materialismo histórico deve ficar atento para as transformações, as mais imperceptíveis” (Tese IV, 224), seguindo um caminho contrário à concepção historicista.

Logo, critica a ideia de recuperação total do passado apregoada pelo historicismo (Tese V, 224), cujo cerne era a história da política e dos heróis. Assim, argumentava que “cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso” (Tese VI, 224).

A visão da história e do passado como algo pronto, acabado e inerte, produzida pelo historicismo, deveria ser superada, pois reforçava a ótica dos vencedores. Assim, segundo Benjamin,

a natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores (Tese VII, p. 225).

Na mesma tese, ele prossegue tecendo críticas ao historicismo, chamando atenção para o caráter classista presente nos bens culturais exaltados por essa corrente historiográfica. Se, por um lado, representa as marcas deixadas pela humanidade, por outro reflete a dominação e a barbárie frente aos povos silenciados em detrimento dos vencidos:

Pois todos os bens culturais que ele [materialista histórico] vê e tem uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura (Tese VII, p. 225).

Com base nessas duas constatações, ou seja, a visão do passado produzida pelos historicistas como face dos vencedores, assim como seu reflexo nos bens culturais, Benjamin entende que a tarefa materialista histórica é “escavar a história a contrapelo” (Tese VII, p. 225). Esta deve ser a postura e principal tarefa daquele que se pretende olhar para o passado: escrever uma história não sob a ótica dos vencedores, mas a partir daqueles que foram silenciados, dos oprimidos (Tese VII, p. 225).

Mas não se trata de tarefa fácil, uma vez que se caracteriza por ser um movimento contraditório, conforme exemplifica na imagem do anjo que luta contra a tempestade:

Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (Tese IX, p. 226).

Na tese XI¹, o autor denuncia o caminho político-econômico adotado pela social-democracia, a qual, rendendo-se à ideia de “progresso”, assumiu uma postura conformista

¹ Não abordamos as teses VIII e X, visto que não trazem elementos que atendam à demanda do presente artigo.

diante da realidade sócio-histórica do proletariado alemão, ao aderir ao discurso positivo do trabalho (o trabalho como redenção e salvação) nas condições postas pelo capitalismo vigente. Nesse sentido, Benjamin ressalta que tal posicionamento reforça a concepção de história que, comprovadamente, ao longo do tempo esteve comprometida com os interesses dos vencedores. Crítica, mais uma vez, direcionada ao historicismo.

Mas, do ponto de vista de Benjamin, quem seria o sujeito da história? Essa reflexão é abordada na tese de número XII, quando a articula ao conceito de classe social. Apoiado nos escritos de Marx, reforça a perspectiva do proletariado como classe social histórica e sujeito coletivo fundamental na história. E, mais uma vez, reforça a crítica direcionada à social-democracia:

O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida. Em Marx, ela aparece como a última classe escravizada, como a classe vingadora que consuma a tarefa de libertação em nome das gerações de derrotados. Essa consciência, reativada durante algum tempo no movimento espartaquista, foi sempre inaceitável para a social-democracia (Tese XII, p. 228).

Na tese XIII ele prossegue criticando a ideia de progresso, a partir de quatro crenças: “no progresso da humanidade em si; no progresso sem limites; no progresso automático; e, por fim, o que considera mais danoso o que chama de “marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo”. De acordo com Benjamim, esses elementos contribuíam para uma visão da história linear e vazia, que desconsiderava as contradições no tempo, corroborando para a visão de progresso como um todo continuo e homogêneo.

Então, ele afirma na tese XIV que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ágoras”, isto é, de contradições e possibilidades no presente, em que o olhar para o passado emerge como uma necessidade para desconstruir o que está posto.

Por fim, nas teses que se seguem até a XVIII, destaca o papel do materialista histórico ao se dispor a construir o conhecimento sobre o passado. Dessa maneira, entende que esse sujeito não tem outra função senão reescrever a história, porém a partir do olhar dos “vencidos”, fazendo emergir as contradições, combatendo a visão linear do conhecimento e dando outros contornos e formas para aquilo que o historicismo transformara em pensamento único.

3 O materialismo histórico em Gramsci: a filosofia da práxis e o devir do homem

Assim como em Benjamim, iniciamos com um breve apanhado biográfico da vida de Gramsci. Nasceu na Sardenha, em 22 de janeiro de 1891, em condições pouco favoráveis para oportunidades de estudo e trabalho. Conforme descrição de Monasta (2010, p. 13):

Gramsci nasceu na Sardenha, uma das regiões mais pobres da Itália que, como ocorre em geral nas ilhas, manteve uma forte identidade cultural. A Sardenha tem seu próprio idioma, sua história e cultura, que se diferenciam consideravelmente dos “piemonteses” (habitantes da região setentrional da Itália, do Piemonte, cuja capital é Turim), que administraram o reino da Sardenha. Gramsci foi estudar na Universidade de Turim, porém precisou abandonar os estudos por falta de recursos e por graves problemas de saúde.

Apesar das dificuldades econômicas e sociais nas quais foi educado, conseguiu prosseguir com os estudos e muito cedo se envolveu com as lutas dos trabalhadores, junto ao movimento operário, realizando acompanhamento jornalístico nos sindicatos. Com o passar das primeiras décadas do século XX, Gramsci se envolveu profundamente com a causa dos trabalhadores e ajudou a fundar o Partido Comunista Italiano (PCI).

A vida política o leva a ocupar a função de deputado no parlamento italiano, o que lhe permite questionar uma série de projetos de lei que objetivavam acabar com o direito de livre associação pelos trabalhadores. Posicionando-se de forma veemente contrária frente essa questão, encontrou em Mussolini seu principal opositor. Quando Mussolini assumiu o poder, Gramsci tomou medidas radicais, cujos desdobramentos podemos avaliar, novamente, recorrendo às palavras de Monasta (2010, p. 15):

A partir de 1922, o regime fascista na Itália abandonou qualquer pretensão de encontrar soluções democráticas, quer para os problemas econômicos, quer para o progresso social, cultural e educativo das massas. Em novembro de 1926, o governo de Mussolini promulgou uma “legislação especial” que dissolia o Parlamento italiano e todas as organizações de oposição, proibindo até mesmo suas publicações. Como consequência, houve aprisionamentos em massa e Antônio Gramsci também foi encarcerado. Tinha 35 anos, era um parlamentar e, desde 1924, ocupava o cargo de secretário geral do Partido Comunista Italiano. No seu julgamento, em 1928, o procurador-geral concluiu sua requisitoria com a seguinte intimação ao juiz: “Devemos impedir esse cérebro de funcionar durante vinte anos”.

Gramsci foi encarcerado, mas o objetivo de seus opositores não foi alcançado, na medida em que foi justamente na prisão que ele escreveu a maior parte de sua vasta produção

intelectual. Tratando de temas diversos, sobretudo a respeito do papel do intelectual orgânico e sua relação com as massas, sua obra tornou-se um legado para a formação política.

À vista disso, desenvolveu conceitos como “hegemonia” e “contra-hegemonia”, “sociedade civil”, “guerra de movimento” e “guerra de posição”, entre outros que se tornaram fundamentais para a produção de conhecimento numa perspectiva crítica, em diferentes áreas do conhecimento. Consequentemente, seus escritos se tornam referências para os partidos de esquerda e movimentos sociais do mundo todo, servindo de base teórica para o enfrentamento político, econômico e social.

Morreu em 1937, alguns meses após deixar a prisão por ordem de Mussolini, que temia a repercussão do seu falecimento no cárcere – havia adquirido um tipo de tuberculose durante esse período. “Gramsci morreu em 1937 sem poder concluir sua obra. Seus 33 Cadernos do Cárcere foram salvos pela cunhada Tatiana, que os levou clandestinamente para fora da Itália” (MONASTA, 2010, p. 17).

Entre os escritos preservados por sua cunhada, encontra-se o texto “Concepção dialética da história”, objeto de nossa reflexão a partir de agora. Entender as contribuições de Gramsci para se pensar o materialismo histórico requer um esforço de organização e articulação da totalidade de sua produção intelectual e ação política. Contudo, devido aos limites deste trabalho, que podemos entender como um momento ensaístico e “pontapé” inicial para a apropriação do conceito supracitado, faremos breves apontamentos. Dessa forma, buscamos, a partir da obra supracitada, sobretudo seu capítulo primeiro, intitulado “Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico”, pontuar alguns elementos que contribuem para nos apropriarmos do método, levando em conta as especificidades do intelectual.

Diferente de outros autores que abordam a questão do materialismo histórico, Gramsci não o trata de maneira isolada. Ele discorre sobre o tema demonstrando a relação inseparável entre filosofia e política. O materialismo histórico não é simplesmente uma forma teórico-metodológica de produzir conhecimento, mas reflete uma dada concepção de mundo a qual está profundamente comprometida e enraizada, ou seja, a superação do modo de produção capitalista e o fim da forma alienada das relações de trabalho.

Assim, questiona o que historicamente se definiu como filosofia e filósofo e a função social de ambos nesse processo de luta pela transformação social. Gramsci entende que a tarefa essencial se dá em: (1) reconhecer os determinantes sócio-históricos que, em cada época, corroboram para a construção de uma dada visão de mundo e, mais ainda, (2) identificar

a qual extrato social estão a serviço os filósofos e o conhecimento que produzem e transmitem em cada tempo.

Neste sentido, suspeita do próprio *status* de filósofo como pertencente a um grupo “iluminado”:

Deve-se destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia seja algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. Deve-se, portanto, demonstrar, preliminarmente, que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea” peculiar a “todo mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem [...]; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular, e, consequentemente em todo sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por “folclore” (GRAMSCI, 1978, p. 11).

Tendo como máxima que “todos os homens são filósofos”, Gramsci coloca em dúvida a filosofia como monopólio de um pequeno grupo na sociedade, entendendo que se trata de uma atividade inerente à constituição do ser do próprio homem. Entretanto, como é possível observar na segunda parte da citação anterior, notamos que existem limites no que denomina de “filosofia espontânea”, cabendo ao pesquisador identificar como ela está presente na linguagem, no senso comum, na religião, [nas diferentes expressões humanas. A partir dessa constatação, coloca a seguinte questão:

(...) é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente [...], ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 1978, p. 12).

O autor ressalta a necessidade de cada homem ser o sujeito da própria história. Ao indivíduo não cabe seguir preceitos pré-determinados, mas apropriar-se deles de forma crítica, de maneira que produza uma concepção própria do mundo ao qual pertence. Assim, evidenciamos o viés político que permeia a visão de homem e de sociedade fomentados por Gramsci.

O ato de filosofar também é um ato político, por isso, toda filosofia e concepção de mundo devem ser revistas, pois refletem os interesses de quem as produziu e continua produzindo. Desse modo, Gramsci ressalta que

criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefícios no inventário (GRAMSCI, 1978, p. 12).

No final do capítulo, ele reforça a necessidade de partir de um autoconhecimento. De construir uma consciência de quem se é de fato. De considerar o sujeito como produto do processo histórico, ou seja, sujeito determinado sócio-historicamente. Do próprio sujeito se reconhecer como ser histórico, identificando os diferentes processos que o colocam na condição em que se encontra. De realizar um verdadeiro “inventário”, uma descrição minuciosa de sua trajetória e de seus antepassados.

Ao realizar essa tarefa fundamental, é possível reconhecer que sua concepção de mundo se choca com outras, o que viabiliza o próprio ser filósofo, atividade que exige do sujeito um olhar crítico e instrumentalizado para a realidade vivida:

No mais imediato e determinado, não podemos ser filósofos – isto é, ter uma concepção do mundo criticamente coerente – sem a consciência da nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e doa fato de ela está em contradição com outras concepções (GRAMSCI, 1978, p. 13).

Outro aspecto a ser destacado pelo autor é a linguagem. Gramsci argumenta que a linguagem também reflete uma dada concepção de mundo e, em contato com outros códigos linguísticos, estabelece uma relação de poder que tende a pôr em posição desfavorável aqueles que, por ventura, possuem o domínio apenas da língua local. O fato de dominar códigos linguísticos que permite interagir com diferentes concepções de mundo possibilita discernir entre as diferentes correntes de pensamento aquilo que disputa a hegemonia da história mundial. Ao não dominar outros dialetos, os sujeitos tendem a permanecer com uma visão limitada da realidade, perpetuando teorias e práticas, em muitos casos, anacrônicas:

Se, é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar da maior ou menor complexidade da sua concepção de mundo. Quem fala somente o dialeto e comprehende a língua nacional em graus diversos, participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada, anacrônica em relação às grandes correntes de pensamento que dominam a história mundial (GRAMSCI, 1978, p. 13).

Por essa via, considera fundamental o domínio da linguagem como elemento de acesso ao mais elevado nível de informação, permitindo, assim, uma visão de mundo menos influenciável pelas explicações folclóricas ou míticas. Também ressalta ser fundamental a socialização do conhecimento já produzido sobre a realidade, nos diferentes campos do saber. Avalia que, em muitos casos, pode ser mais relevante divulgar conhecimentos já existentes, ante a produção de novos saberes:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializa-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1978, p. 13).

Não basta somente descobrir novas verdades, sobretudo se isso fica restrito apenas a um pequeno grupo; faz-se necessária a difusão das verdades já descobertas para elevação do nível de conhecimento das massas. Este é o papel fundamental da filosofia: contribuir para a superação do senso comum, presente nos diferentes espaços de sociabilidade – com destaque para a religião que, em boa medida, historicamente exerce hegemonia no papel de manter as massas nessa condição de passividade e negação da ciência –, em direção ao que denomina de “bom senso”.

Dessa forma, argumenta que “a filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum, neste sentido, coincide com o ‘bom senso’ que se contrapõe ao senso comum” (GRAMSCI, 1978, p. 14). E, ainda, alerta para a importância da não separação da filosofia em relação à política: “é por isso, portanto, que não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também ela, fatos políticos” (GRAMSCI, 1978, p. 15).

Contudo, não basta constatar que filosofia e política caminham juntas e, por isso, refletem uma dada concepção do mundo. Mais relevante do que afirmar que toda crítica a uma concepção de mundo é um ato político é demonstrar, explicar, desvelar como, em cada tempo

histórico, diferentes sociedades construíram essa relação. Como identificar e explicar esse fenômeno? Como proceder de forma que faça emergir as especificidades inerentes à relação filosofia e política em diferentes contextos? Para tais indagações o autor faz os seguintes apontamentos:

Deve-se, portanto, explicar como ocorre este fato, a saber, que em cada época coexistam muitos sistemas e correntes de filosofia; explicar como eles nascem, como se divulgam, porque na divulgação seguem certas linhas de separação e certas direções, etc. Isto demonstra o quanto é necessário sistematizar, crítica e coerentemente, as principais intuições do mundo e da vida, fixando com exatidão o que se deve entender por “sistema”, a fim de evitar compreendê-lo em um sentido pedantesco e professoral. Mas esta elaboração deve ser feita, e somente pode ser feita, no quadro da história da filosofia, que mostra qual foi a elaboração que o pensamento sofreu no curso dos séculos e qual foi o esforço coletivo necessário para que existisse o nosso atual modo de pensar, que resume e compendia toda esta história passada, mesmo em seus erros e em suas loucuras, os quais, ademais, não obstante terem sido cometidos no passado e terem sido corrigidos, podem ainda se reproduzir no presente e ainda exigir sua correção (GRAMSCI, 1978, p. 15).

Para combater o pensamento de base religiosa que reforça a separação entre a massa e os seus intelectuais, Gramsci (1978) propõe a filosofia da práxis, cujo cerne está em elevar as massas intelectualmente, não restringindo o conhecimento a pequenos grupos. Dessa maneira, é imperativo compreendermos o materialismo histórico articulado com a filosofia da práxis.

A posição da filosofia da práxis é antitética a esta posição católica: a filosofia da práxis não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1978, p. 20).

Mas é possível, em Gramsci, colocar a questão de como ocorre o processo de superação do senso comum e a construção de uma concepção própria de mundo, de pertencimento a um dado extrato social? Ele responde a partir da introdução do conceito de hegemonia². A luta pela hegemonia em diferentes estágios se faz fundamental para a construção

² A hegemonia e a coerção, os dois aspectos da dominação, são asseguradas pelo exercício das duas funções do Estado: função de domínio e função de hegemônica. A função de domínio é desempenhada na sociedade política e envolve a coerção, em seus aspectos legais e mesmo policial-militar. A função hegemônica é desempenhada pela sociedade civil que tem a função de obter o consenso e a adesão das classes subalternas, formando um bloco que

de uma concepção do mundo própria do indivíduo ou, mais ainda, da classe social na qual se reconhece, conforme podemos observar nas palavras adiante:

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de “distinção”, de “separação”, de independência apenas instintiva, e progride até a possessão real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária (GRAMSCI, 1978, p. 21).

Na parte final da citação é possível reconhecer que a motivação de Gramsci, ao desenvolver a filosofia da práxis e, também, construir e orientar quanto ao procedimento metodológico para apreensão do real, é a elevação das massas, tendo em vista a transformação social. Para tanto, ressalta a peculiaridade do historiador frente ao desafio de construir um novo mundo:

Todavia, o historiador – com toda necessária perspectiva – consegue fixar e compreender que os inícios de um novo mundo, sempre ásperos e pedregosos, são superiores à decadência de um mundo em agonia e aos cantos de cisne que ele produz (GRAMSCI, 1978, p. 30).

Pensar em transformação social, na perspectiva gramsciana, é considerar que os sujeitos são resultantes dos processos sócio-históricos, das relações sociais constituídas em diferentes tempos-espacos. Nesse sentido, o materialismo histórico é, também, dialético, na medida em que faz emergir as contradições inerentes ao devir humano. Apoiado na filosofia da práxis, o autor propõe outro caminho para a produção do conhecimento, assim como rompe com a ideia de existência de uma casta detentora do saber que deve guiar as massas:

A afirmação de que a “natureza humana” é o “conjunto das relações sociais” é a resposta mais satisfatória porque inclui a ideia do *devenir*: o homem “devém”, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o “homem em geral”: de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal (GRAMSCI, 1978, p. 43).

integra as diversas forças sociais, fomentando a unificação ideológica e cultural da nação (bloco histórico) (MOTTA, 2012).

4 Considerações finais: contribuições para a pesquisa em educação

A partir da leitura dos textos propostos podemos notar algumas aproximações entre os autores. Primeiro, pela forte influência dos escritos de Marx e Engels, no que tange à concepção de mundo e à formulação de uma teoria da história. Segundo, pelo peso, em seus escritos, da conjuntura política, econômica e social vivenciada por ambos, sobretudo em relação a fortalecimento dos regimes totalitários expressos no Fascismo e no Nazismo. Por fim, destacamos que os dois foram vitimados prematuramente, perdendo suas vidas por conta da repressão política desencadeada no período entre guerras.

Ao longo das análises reconhecemos algumas especificidades na produção dos autores. Gramsci, apesar da perseguição política e da origem humilde, esteve sempre no movimento de luta, seja nas ações práticas no partido, seja desempenhando funções políticas no congresso. Mesmo encarcerado, não deixou que “sua mente fosse impedida de produzir”; ao contrário, o tempo na prisão foi fecundo para o amadurecimento de sua teoria sobre os intelectuais e sua função social.

Em relação ao conceito de materialismo histórico, também é possível destacar que a obra de Gramsci é mais completa, visto que articula outros conceitos, como “filosofia da práxis”, “estado ampliado”, entre outros. Dessa forma, o pensamento de Gramsci, materializado em sua obra, revela o caráter teórico-prático, visto que rechaça a concepção de intelectual tradicional como aquela figura que se distancia das massas, na medida em que se apropria e constrói novas teorias. A concepção que desenvolve do materialismo histórico, revela o seu olhar para a própria vida em movimento; não é apenas um método para produção de conhecimento.

Já Benjamin não realiza uma obra tão ampla sobre o conceito de materialismo histórico, apesar da importante contribuição que nos legou, sobretudo, no que tange ao conceito de história. Talvez por ser mais suscetível ao sofrimento, motivado pela perseguição política e, consequentemente, pela dificuldade de viver privado de liberdade. O episódio de sua morte (suicídio) pode ser um termômetro para tal inferência. Ainda assim, quando afirma a necessidade de rever a história “a contrapelo”, revela o seu compromisso político-ideológico com a causa operária de seu tempo e com a produção de uma teoria da história não alinhada ao pensamento liberal-conservador, de base positivista, hegemônico à época.

Por fim, ressaltamos que, a partir da contribuição teórica de ambos em relação ao conceito de materialismo histórico, podemos afirmar que, de fato, o materialismo histórico e dialético, apesar da longevidade, continua sendo um importante referencial teórico-metodológico para embasar as pesquisas no campo da educação, pois se trata de um espaço em disputa onde refletem os diferentes e antagônicos interesses das classes.

Logo, reconhecemos que o materialismo surge revestido de conteúdo de classe, ou seja, da classe trabalhadora. Assim sendo, reforçamos que ele não se constitui como teoria social superada, na medida em que as desigualdades continuam perpetuando e ampliando o fosso que separa os donos dos meios de produção e, os não-proprietários. Podemos concluir que cabe àqueles que se apropriam do método descortinar o *modus operantes* que legitima essa realidade nos diferentes tempos-espacos, sobretudo no campo educacional, *lócus* privilegiado da luta hegemônica pela direção moral e intelectual da sociedade.

Referências

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de história.** In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre a literatura e história da cultura. Obras escolhidas. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COETZEE, J. M. **As maravilhas de Walter Benjamin.** Tradução: José Rubens Siqueira. *Novos Estudos*, n. 70, nov. 2004.

GRAMSCI, A. **Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico.** In: GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história.* 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LOWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “sobre o conceito de história”.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MONASTA, A. **Antônio Gramsci.** Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010.

Materialist conception of history in Benjamin and Gramsci: contributions to research in education

Abstract

The present paper aims to reflect on the historical materialism method and its relevance for the educational field research, from the contributions Benjamin and Gramsci perspective. In methodological terms, we opted for bibliographical and documentary research, anchored in its own method of historical and dialectical materialism. In relation to bibliographic research, we have used specialized literature that deals with the central theme of this article. Already, with the documentary research, we use the writings of both authors, especially those that version on the materialist and dialectical conception of history. From the analyzes we can see approximations between both authors: (a) strong influence of Marx and Engels writings, regarding the conception of the world and the formulation of a history theory; (b) a remarkable presence in his writings, of the political, economic and social conjuncture experienced by both, especially in relation to the strengthening of Totalitarian Regimes expressed in Fascism and Nazism; (c) finally, both die prematurely, due to the political repression unleashed in the interwar period, causing a late recognition of their works.

Keywords: historical materialism; history; education.